



31 CONCLUSÃO

Considerado os artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil, e a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, o presente estudo é favorável a implantação do mesmo, desde que o empreendimento respeite as leis e normas vigentes, se encontrando totalmente preparado para o exercício da atividade fim.

O diagnóstico mostrou que a Área Influência Direta (AID) não possui registro de enchentes, há infraestrutura básica, é bem servida de equipamentos urbanos, possui área de abrangência no transporte público e possui ocupação ordenada.

Os aspectos negativos como “futuros congestionamentos” entre outros devem ser tratados de forma a mitigar os seus efeitos em sua vizinhança imediata através de possíveis ações citadas no item gestão de impactos.

A magnitude de impacto foi calculada utilizando a metodologia apresentada neste estudo e chegou a um valor de **70,005 considerada de média magnitude.**

Intervalo da Valoração	Magnitude	
Alta	99,53 – 132,70	4
Média	66,36 – 99,52	3
Baixa	33,18 – 66,35	2
Nula	0 - 33,17	1

Portanto a conclusão deste Estudo é de que os efeitos positivos da obra sobre a vizinhança sobrepõem-se aos efeitos negativos, indicando ser adequada a construção deste tipo de empreendimento no local.